

# VITOR VOGAS PRAÇA OITO

VVOGAS@REDEGAZETA.COM.BR TEL: 3321-8319

LEIA.AG/VITORVOGAS



## Do Val nomeia sobrinha de Casagrande

O senador Marcos do Val (PPS) nomeou uma sobrinha do governador Renato Casagrande (PSB) para ocupar um cargo comissionado em seu escritório de apoio, em Vitória. Amanda Vianna Casagrande Marchezi exerce a função de auxiliar parlamentar intermediário no gabinete de representação de Do Val, com salário de R\$ 6,7 mil, mais quase R\$ 1 mil de auxílio-alimentação.

Marcos do Val lançou-se ao Senado em 2018 pela coligação de Casagrande e com apoio do grupo político do socialista. A assessoria de imprensa do senador confirma o parentesco de Amanda Casagrande com o governador. Informa que, assim que foi eleito, Do Val pediu indicações ao grupo político que o acompanhou durante as eleições. "Várias indicações foram feitas, entre elas a da Amanda, que passou por um processo de análise, como todas as outras pessoas. Foram enviados currículos, realizadas entrevistas e selecionadas as pessoas que mais se adequavam ao perfil que o senador estava buscando, sem qualquer influência de grau de parentesco com quem quer que seja."

Amanda não é a única assessora de gabinete de Do Val que possui vínculo familiar direto com membros da alta cúpula do governo Casagrande. Na verdade, chama atenção o número de as-

sessores lotados no gabinete do senador que têm essa característica em comum.

Conforme já noticiamos, a chefe de gabinete de Casagrande, Valésia Perozini (PSB), indicou o irmão dela, Lourival Perozini Inácio, para assessorar Do Val. O irmão de Valésia está lotado em cargo correspondente ao de Amanda e com os mesmos vencimentos. Em conversa com a coluna, Valésia confirmou que a indicação partiu dela, a pedido do senador. Disse que ambos são amigos de longa data e que ela o apoiou e o orientou bastante durante a campanha. Natural de Castelo, Lourival continua residindo no município. Segundo Valésia, sua atribuição é captar demandas da região Sul do Estado para o mandato de Do Val, reunindo-se com líderes políticos e comunitários da região.

Quem também ocupa cargo comissionado – de livre indicação política – no gabinete de Do Val é o ex-presidente da Câmara de Cariacica Adilson Avelina (Podemos). Ele é o marido da vice-governadora do Estado, Jacqueline Moraes (PSB). Com salário bruto de R\$ 9 mil por mês, mais auxílio-alimentação, ele é auxiliar parlamentar pleno no escritório de apoio do senador.

Jornalista profissional como a mãe, Ga-

—  
O vereador Amarildo Araújo (PMB), de Cariacica, foi convidado por Jacqueline Moraes para voltar para o PSB. Segundo ela, o vereador já topou. Olho na vice-governadora na eleição de 2020!

biela Mignoni é a assessora de comunicação do senador. Ela é filha da superintendente estadual de Comunicação, Flávia Mignoni, que fez a campanha de Casagrande e, assim como Valésia, faz parte do núcleo duro do atual governo do socialista (assim como no anterior).

Por meio de sua assessoria, Do Val confirma que pediu indicações de nomes a Renato Casagrande, a Valésia e a políticos de seu partido, o PPS. Ele ressalva, porém, que nem todas as indicações foram absorvidas e que todas passaram por análise e seleção. Acrescenta que não indicou nenhum conhecido, familiar ou parente para preencher cargos no governo Casagrande (o que exclui a possibilidade de nepotismo cruzado, por exemplo).

"Por ser um político inexperiente, fui atrás de profissionais qualificados e que já haviam vivenciado o meio político e legislativo do nosso Estado e do Senado Federal", disse Do Val, por nota.

## Funções da sobrinha

Segundo a assessoria de Marcos do Val, Amanda Casagrande faz parte do Núcleo de Projetos do gabinete, que fica dentro do Corpo de Bombeiros. "O núcleo recebe demandas das principais forças de segurança do Estado (Polícia Civil, PMES e Corpo de Bombeiros) e trabalha na elaboração de projetos para captação de recursos federais disponíveis, através da plataforma Sinconv."

## O caso mais famoso

Todos os assessores citados atuam no escritório de representação que o senador tem direito de manter, em Vitória. No gabinete em Brasília, como noticiado por A GAZETA e outros veículos, a namorada de Do Val, Brunella Poltronieri Miguez, ficou lotada de fevereiro a abril – primeiro como auxiliar parlamentar pleno AP-07, com salário de R\$ 8,9 mil por mês, depois em cargo de nível AP-010, que lhe rendia R\$ 13,4 mil por mês. Segundo o senador, eles não namoravam quando ela foi nomeada. Após o início do relacionamento, Do Val a exonerou. E a indicou para o cargo de secretária parlamentar na Consultoria Legislativa do Senado, onde hoje está, com vencimentos de R\$ 18 mil.

## O filho de Raquel

Por falar em parentes nomeados, a deputada estadual Raquel Lessa (SDD) emplacou a nomeação de um dos filhos, Daniel Mageste Lessa, no cargo em comissão de assessor especial nível IV da Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos (remuneração bruta de R\$ 5,7 mil). Raquel é aliada do governo Casagrande. A companheira de Daniel, Daniella Lisboa, é subcoordenadora do gabinete da deputada, com remuneração bruta de R\$ 8,5 mil por mês.



## | ACUSADO DE RACHID |

# Vereador da Serra é afastado do cargo

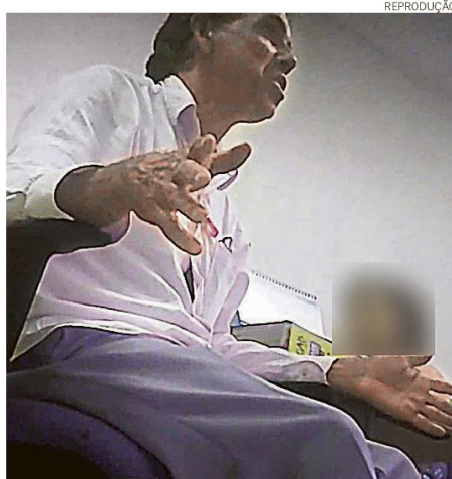
**Geraldinho Feu Rosa foi filmado pedindo parte dos salários dos próprios servidores**

▲ VINÍCIUS VALFRÉ  
vpereira@redegazeta.com.br

A juíza Telmelita Guimarães Alves, da Vara da Fazenda Pública Municipal da Serra, decidiu em caráter liminar (provisório), a pedido do Ministério Público Estadual (MPES), afastar o vereador Geraldinho Feu Rosa (sem partido) do cargo por 180 dias ou enquanto durar a instrução processual – etapa de produção de provas e audiência anterior ao julgamento. Ele continuará com o salário de R\$ 9.208,33.

A investigação da 13ª Promotoria Cível da Serra apontou que o parlamentar exigia, ilegalmente, parcelas dos salários de servidores do gabinete, sob pena de serem exonerados dos cargos comissionados em caso de recusa. O dinheiro serviria para ações sociais em comunidades e para "caixa para a campanha de 2020".

Uma das investidas do vereador foi flagrada em vídeo por ex-assessores dele, que levaram o caso ao MPES. As informações foram publicadas por A GAZETA em fevereiro. Além disso, o vereador recomendou que os funcionários mantivessem os repasses



Geraldinho Feu Rosa em vídeo gravado por assessor

acordados sob sigilo.

Para a promotoria, as dependências da Câmara e servidores foram usados para fins que não correspondem às missões do Legislativo. "Configuram condutas improprias, inclusive ajustáveis à tipologia do abuso de poder político quando destinadas a influenciar o pleito eleitoral", conforme reproduzido na decisão.

Os valores arrecadados pelo vereador, cerca de 10% dos vencimentos dos funcionários, eram depositados, de acordo com as apurações, na conta bancária da mãe de uma das assessoras. "As provas ainda revelam que esse tipo de exigência se estendia tam-

bém aos funcionários que o requerido indicava para as empresas terceirizadas da Câmara", salientou a juíza, que também decidiu receber a ação civil de improbidade administrativa e tornar o vereador réu neste processo cível.

A defesa de Geraldinho nega que tenha havido rachid, como é conhecida a prática de recolher parte dos salários de funcionários. Admite, no entanto, que houve arrecadação voluntária para "projetos sociais, despesas de confraternização em favor dos membros do gabinete, bem como para quitação do próprio dízimo partidário do vereador".